

1 Ata da 3ª (terceira) reunião extraordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde de Sorocaba, realizada nas dependências
2 do Salão de Vidro da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no dia 14 de Dezembro de 2016, com início às 19h30min. Encaminhou
3 justificativa de ausência a Conselheira Márcia Niterói. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde,
4 Aílton de Lima Ribeiro, cumprimenta a todos os presentes, e convida dos Conselheiros da Comissão Executiva a tomar assento
5 na Mesa Diretora dos trabalhos. Solicita que os Conselheiros Luiz Fernando Seidl e Alexandre Pereira, da Comissão Executiva,
6 possam mediar em conjunto a presente reunião. Passa-se então a apreciação do único item da pauta: Informações gerais
7 acerca do término da requisição municipal ao Hospital Santa Casa, com consequente devolução à Irmandade Santa Casa de
8 Misericórdia de Sorocaba. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro,
9 traça breve histórico acerca da situação da Santa Casa, passando pelo processo de requisição de 2014, até o presente
10 momento. Relembra que a Santa Casa vem sendo financiada com o recurso próprio do município, e com o Recurso oriundo da
11 Santa Casa Sustentáveis, do Governo do Estado, bem como do Governo Federal. Informa que já há previsão orçamentária na
12 LOA 2017 para o custeio da contratualização da Santa Casa, para a continuidade dos serviços. Passa a palavra ao Dr. José Luiz
13 Pimentel, ex-gestor da Santa Casa durante a requisição municipal e atual presidente da diretoria, conforme escolhido pela
14 Irmandade de Misericórdia Santa Casa de Sorocaba, para continuar gerindo os serviços. Dr. Pimentel diz que acredita no
15 potencial de atendimento e aprimoração do atendimento da Santa Casa ao município, nesta nova fase. Revela que,
16 atualmente, a Diretoria da Irmandade foi totalmente reformulada. Tece maiores explicações acerca do novo Estatuto
17 preparado para a Irmandade, sendo que nenhum dos membros do Conselho administrará qualquer dos bens da Irmandade.
18 Revela que, para tanto, foi criada uma Diretoria Executiva, que conta um Presidente e outros 03 Diretores, os quais
19 gerenciarão todas as atividades da Irmandade. Comenta que, no dia 02 de Dezembro solicitou sua exoneração do cargo de
20 gestor geral da Comissão de Gestão de Emergência do Município, tendo assumido então, a convite da Irmandade, a
21 Presidência da Diretoria no dia 05 de Dezembro de 2016. Revela se sentir grato com o convite, e que sente-se motivado a
22 continuar desempenhando bons serviços em atendimento a população. Informa que está sendo encaminhado, junto aos
23 Conselhos da Irmandade, todo o planejamento estratégico dos trabalhos que serão desempenhados nos próximos anos,
24 visando a reconstrução do Hospital Santa Casa. Revela ter ciência da atual imagem desgastada da Santa Casa junto a
25 sociedade, mas em virtude da gestão desempenhada nos últimos anos, o Hospital não possui custos maiores do que sua
26 receita, sem que houvesse diminuição na qualidade ofertada. Diz a respeito da taxa de ocupação do Hospital nos últimos
27 quadrimestres, com média de 100% de ocupação dos leitos nestes períodos, atendendo na capacidade máxima. Passa a
28 apresentar alguns dos membros presentes que compõem atualmente os Conselhos da Irmandade, sendo eles o Professor
29 Sidnei Benedito de Oliveira; Sr. Osvaldo Moura da Silva Chaves; Sr. Marcos Justino; Sr. José Luiz Gava; Sr. Shobei Watanabe e
30 Sr. Fernando Nunes de Medeiros. Relembra que o Prefeito Pannunzio havia se comprometido a somente devolver o Hospital
31 da Santa Casa no momento que a Irmandade fosse composta por pessoas corretas e probas, tal como se observa no atual
32 quadro composto. Finaliza sua apresentação, colocando-se a disposição para eventuais esclarecimentos da plenária. Os
33 mediadores abrem para inscrições de interessados. Sra. Iara Bernardi, vereadora eleita para a próxima gestão da Câmara de
34 Sorocaba, cumprimenta a todos os presentes, e informa a respeito da sua preocupação a respeito da situação da oncologia no
35 município de Sorocaba. Fala a respeito da situação recente que restou demonstrada sobre a má versação do dinheiro público
36 pela Santa Casa, e que tais fatos ainda seguem sendo apurados. Diz sobre a desativação da máquina de radioterapia, que
37 operava com pastilha de cobalto, e revela que esteve na área do Ministério da Saúde que cuida da questão, tendo sido
38 esclarecida sobre como as tratativas foram tratadas de forma displicente pelo governo municipal, desencadeando no atual
39 cenário. Discorre sobre alguns fatos pontuais que foram esclarecidos pelo Ministério, e que de há longo tempo o município já
40 tinha ciência da data do término da vida útil da pastilha de cobalto. Solicita ao Conselho que se desdobre sobre a questão,

41 pedindo vistas aos contratos firmados com a “AriMax”, prestadora dos serviços de radioterapia na Santa Casa, e que possam
42 averiguar a questão. Questiona se os novos membros da Irmandade igualmente irão se debruçar sobre estas questões.
43 Informa que irá representar no Ministério Público todos os fatos a que teve ciência. Dr. José Luiz Pimentel passa a esclarecer a
44 respeito da situação da radiologia, informando que todos os envolvidos, inclusive o Ministério da Saúde, tinham sim ciência
45 acerca do término da vida útil da pastilha de cobalto. Revela todas as tratativas conjuntas, do município e do Ministério,
46 acerca do tema, motivo pelo qual o Ministério não pode alegar que o município não o comunicou acerca da situação. Informa
47 que, infelizmente, haveria inevitavelmente um período de desassistência, pois se faz necessário finalizar a vida útil da
48 pastilha, para somente após efetivamente trocá-la. Versa a respeito de todas as providências e contratemplos, e que a
49 situação já está em fase de finalização para a definitiva resolução do problema. Afirma que, mesmo diante de alguns
50 contratemplos, não houve nenhum tipo de negligência naquilo que se refere a pastilha de cobalto, sendo que as tratativas já
51 vinham sendo adotadas desde o início da requisição. Versa a respeito da redução do atendimento sofrida em Outubro de
52 2015, em virtude da ausência dos recursos para financiamento e manutenção das atividades no período de 24 horas
53 ininterruptas, tal como era até então, mas que nunca houve completa desassistência, tampouco desídia ou negligência. O Sr.
54 Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, corrobora das informações do Dr.
55 Pimentel, informando que em 1.º de Abril de 2015 esteve no Ministério da Saúde, com o Sr. Secretário da Saúde à época, Dr.
56 Francisco. Informa que, em 15 de Julho de 2015, foi encaminhado Ofício ao Governo do Estado, a respeito da questão. Diz
57 que, em 08 de Setembro, a situação foi relatada aos Deputados Federais da região de Sorocaba, Deputados Estaduais da
58 região de Sorocaba e Vereadores da Comissão de Saúde Pública, relatando a situação. Diz que, tais fatos, além de diversas
59 outras tratativas e reuniões não necessariamente formalizadas em Ofícios, comprovam que não há espaço para que qualquer
60 esfera alegue que não detinha conhecimento da situação. Revela, ainda, da tentativa de contratação da Nucleon pelo
61 município, mas que as condições contratuais não eram possíveis de serem asseguradas pela administração pública, motivo
62 pelo qual restou frustrada a tentativa. Sra. Mariel Neves, munícipe presente a reunião, fala a respeito do descaso da situação
63 da saúde de Sorocaba, em especial no que diz respeito ao encerramento do Convênio com o Hospital Santa Lucinda, que traz
64 desassistência à população, e prejudica também as equipes de residência que dependem do hospital para realizar seu campo
65 de estágio. Sra. Maria de Jesus, munícipe presente a reunião, revela que infelizmente perdeu seu cunhado, em razão da
66 impossibilidade de transferência do mesmo, da UPH Zona Norte, para a Santa Casa. Diz que, da primeira vez que o Dr.
67 Pimentel assumiu a Santa Casa, de fato acreditou que haveria melhora na assistência, mas que não foi isso que se vislumbrou.
68 Questiona como será possível dar um crédito aos membros da Irmandade, uma vez que o ex-provedor, José Fasiaben,
69 igualmente era também da Irmandade, e nunca se manifestou acerca da situação causada pelo mesmo. Diz acreditar que
70 nenhum dos membros, tampouco dos gestores, são de fato usuários do sistema único de saúde, não utilizando os serviços da
71 rede e, por tal motivo, não tem ciência das dificuldades atuais. Questiona, por fim, se a Santa Casa atualmente está sem
72 receber recursos da Prefeitura, e se caso negativo, por qual motivo o Hospital Santa Lucinda não vem recebendo, e quais os
73 critérios. Dr. Pimentel informa que o assunto “Fasiaben” não lhe compete, e sim à Polícia, Ministério Público e a Justiça. Em
74 relação a radioterapia, informa que o atendimento deste serviço é de âmbito regional, sendo 48% destinado a municípios de
75 Sorocaba. Comenta que, no total, em média, são atendidos cerca de 400 pessoas por mês, com o equipamento em
76 capacidade máxima. Diz que a Prefeitura faz os repasses conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, e que existem
77 atrasos pontuais, mas os quais são administrados na medida do possível. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário
78 Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, volta a explicar a situação contratual e legal que envolve o Hospital Santa Lucinda,
79 e que infelizmente há atrasos de pagamentos a todos os fornecedores e prestadores, e que fatalmente o contrato do Santa
80 Lucinda venceu em 27 de Novembro de 2016, não havendo disponibilidade orçamentária para sua prorrogação. Conselheiro

81 Francisco Valério diz ter ciência de que a pauta da presente reunião é para apreciação da situação da Santa Casa, mas que
82 torna-se impossível não analisar a saúde como um todo, com todos os prestadores e Hospitais, já que a saúde pública é
83 interligada. Versa a respeito das demais mazelas gerais da saúde, questionando o motivo pelo qual o Ministério Público não
84 adota as medidas legais pertinentes. Questiona, por fim, quais serão os encaminhamentos dados aos pacientes que
85 necessitam realizar os mais diversos exames. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton
86 de Lima Ribeiro, explica que não há nenhum óbice em se discutir a respeito do Hospital Santa Lucinda no Conselho, uma vez
87 que inclusive vem sendo constantemente debatido, com temas em pauta. Informa que, na data de amanhã, fará a assinatura
88 do documento que transfere o valor de R\$ 9.000.000,00 do teto financeiro do município, oriundo de repasse do Governo
89 Federal, para o Governo do Estado, uma vez que é de responsabilidade do Estado dar o devido encaminhamento. Lembra
90 que a região de Sorocaba é a pior região de saúde do Estado de São Paulo, o que desencadeia na ausência de oferta na
91 mesma capacidade que a demanda exige. Conselheiro Milton Sanches lembra que a cidade de Sorocaba é governada há
92 anos pelo partido PSDB, tal como o Governo do Estado, motivo pelo qual estranha a situação pertinente a má-relação entre o
93 governo municipal e estadual. Protesta pelo fato do Conselho Municipal de Saúde ainda não ter sido chamado para participar
94 das reuniões de transição de governo, tal como solicitado. Questiona qual será o fim dos trabalhadores da Irmandade, com o
95 término da requisição municipal. Indaga se haverá terceirizações pela Irmandade, quando da nova gestão pós-término da
96 requisição. Versa ter tido ciência que a Irmandade já vem contratando novos funcionários, porém, com salários diferenciados,
97 a menor valor, dos atuais trabalhadores. Solidariza-se com a situação do Hospital Santa Lucinda, até por ser funcionário da
98 entidade. Informa que, mesmo com o recente pagamento feito pela Prefeitura a prestadora que administra o Hospital Vera
99 Cruz, este foi insuficiente para quitar os débitos salariais existentes, e que o estado de greve permanece até o momento.
100 Critica o fato da necessidade de locomoção a outros municípios por parte de pacientes que não são assistidos em Sorocaba, e
101 que tal fato é estranho, tendo em vista que a cidade é uma das maiores do Estado e até do País. Revela ter ciência que há sim
102 a ausência de recursos orçamentários e financeiros, mas que outros municípios em iguais dificuldades não encontram-se em
103 situação tão caótica como a atual. Dr. Pimentel fala a respeito do destino dos funcionários desrequisitados, e que tais fatos se
104 deram em decorrência de faltas graves constatadas. Informa que cada um destes casos será reavaliado, e que com a
105 particularidade de cada caso, serão tomadas as providências pertinentes. Em relação a terceirização, versa a respeito da
106 empresa que assumiu os serviços de lavanderia, com redução de custo e incremento da qualidade. Informa que,
107 evidentemente, todas as situações serão estudadas caso a caso, e se houver necessidade, poderão ser realizadas
108 terceirizações, desde que vantajosas financeiramente e na qualidade. Comenta que não existem contratações realizadas pela
109 Irmandade, e sim recrutamentos temporários para ações e providências pertinentes deste momento de transição, e que tão
110 logo sejam efetivamente contratados pela Irmandade, se forem, terão a equiparação salarial. Conselheiro Milton Sanches
111 solicita que, em sendo contratados, privilegie-se os próprios funcionários mais antigos da Irmandade, para acesso a eventuais
112 cargos superiores. Sr. Eduardo Vieira, ex-conselheiro de saúde, cumprimenta o Dr. Pimentel, e diz de sua admiração pessoal
113 pelo mesmo. Diz, contudo, que não tem certeza se pode colocar a mesma confiança na Irmandade, em razão de todas as
114 situações já ocorridas. Lembra que teve oportunidade, no passado, de conversar por algumas vezes com o ex-provedor
115 “Fasiaben”, e que a impressão passada sempre era a melhor possível, e que infelizmente os fatos recentes denotam que, por
116 vezes, as aparências enganam. Sugere, pois, que os membros presentes da Irmandade venham até a frente e se apresentem
117 ao Conselho, dizendo brevemente de seu histórico pessoal e qual sua motivação para o futuro, no que diz respeito a Santa
118 Casa. Versa sobre as atuais dívidas da Irmandade, e que tais fatos também deflagram suspeitas acerca de eventual êxito na
119 gestão dos membros, face a dificuldade que enfrentarão. Diz que o Prefeito eleito, Sr. José Crespo, já manifestou que sua
120 intenção seria a de municipalizar a Santa Casa, e fala aos novos membros da Irmandade, como sugestão, que procurem o

121 Prefeito eleito, para avaliar esta proposta. Sr. Sidnei Benedito de Oliveira, membro da Irmandade, tece explicações acerca do
122 termo Irmandade, sob o ponto de vista jurídico. Fala a respeito do desafio da Santa Casa, sendo o desejo de resgatar a
123 credibilidade da instituição. Informa que sua formação é na área contábil, e estará a disposição para auxiliar, de forma
124 voluntária, e exclusivamente do ponto de vista técnico. Revela que já solicitaram auditoria e, tão logo tenham os dados para
125 se manifestar tecnicamente a respeito da situação, procurarão o Conselho para prestar suas impressões e informar suas
126 ações. Questiona a todos se a saúde pública está caótica somente em Sorocaba, ou se a situação alastra-se por todo o País.
127 Solicita um voto de confiança, para somente posteriormente serem julgados. Conselheiro José William questiona a respeito
128 do orçamento destinado a Santa Casa, e que no ano de 2016, houve redução financeira e manutenção dos leitos. Questiona
129 como será realizada a gestão, se para o exercício 2017 o orçamento não será suficiente para custear, integralmente, os
130 serviços da Santa Casa. Dr. Pimentel esclarece que o orçamento citado é da CGE – Comissão de Gestão de Emergência, a qual
131 com o fim da requisição, deixa de existir. Desta forma, a previsão orçamentária destinada a CGE será englobada ao orçamento
132 da Secretaria da Saúde. O Sr. Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro,
133 relembra que no momento da requisição, houve um congelamento na contratualização do município com a Santa Casa e,
134 portanto, deixando de existir a requisição, automaticamente se restabelece a contratualização daquele momento. Contudo,
135 diz que a situação que existia naquele momento da requisição não é a mesma que existe nos dias de hoje, sendo que o atual
136 cenário de hoje não poderá retornar a ser como era em 2013, motivo pelo qual será pactuado novo Plano Operativo
137 Assistencial. Conselheiro Dr. José William questiona a respeito da existência de orçamento para custear o novo POA. O Sr.
138 Presidente do Conselho e também Secretário Municipal de Saúde, Aílton de Lima Ribeiro, corrobora o entendimento do Dr.
139 Pimentel, sendo que o orçamento da CGE será englobado a da Secretaria da Saúde. Conselheiro José William questiona se a
140 Irmandade também responde, conjuntamente com o ex-provedor “Fasiaben”, pelos processos em andamento. Dr. Pimentel
141 esclarece que, hoje em dia, são 181 leitos SUS, os quais serão contratualizados. Em relação a Irmandade, informa que o ex-
142 provedor “Fasiaben” responde pelos seus atos. Dr. André, advogado da Comissão de Gestão de Emergência, explica que no
143 aspecto criminal, o Sr. Fasiaben responde isoladamente. Entretanto, a Irmandade responde pelos efeitos civis, tais como as
144 dívidas junto aos fornecedores. Conselheiro José William questiona se estes problemas da Irmandade poderão refletir na
145 relação jurídica da Prefeitura. Dr. André informa que, desde que a Irmandade tenha as certidões negativas de débitos,
146 poderão formar pactos com o poder público, e que estas providências já vem sendo adotadas pela Irmandade. Conselheiro Dr.
147 José William diz ser temerário que o Conselho endosse o término da requisição e contratualização com a Santa Casa, dada a
148 situação e as incertezas acerca da situação jurídica da Irmandade. Questiona, ainda, se não seria desconfortável o Dr.
149 Pimentel, que antes atuou como interventor na casa, assumir agora a direção do hospital, quando a santa casa volta para a
150 Irmandade. Dr. Pimentel esclarece que, antes de aceitar o convite, se exonerou do Poder Público. Conselheiro Dr. José William
151 diz ser temerário que a pessoa que irá auditar a dar continuidade na gestão, seja a mesma que realizou a gestão anterior pela
152 municipalidade. Dr. Pimentel diz de seu comprometimento, e que em momento algum houve qualquer interlocução com
153 qualquer membro anterior da Irmandade, sendo que no caso da radioterapia, por exemplo, foram buscados incessantemente,
154 e não houve nem resposta. Deixa claro que não existia até então qualquer relação pessoal sua com a Irmandade. Conselheiro
155 Dr. José William sugere que o Conselho solicite esclarecimentos acerca de toda a situação jurídica explanada, para resguardo
156 de eventual futuro endosso a ser dado pelo Conselho. Conselheiro Luís Zanzarini diz respeitar a pauta, que trata
157 exclusivamente sobre a transição da Santa Casa, porém, solicita ao Sr. Ailton Ribeiro, Secretário de Saúde e Presidente do
158 Conselho para que na próxima Reunião Ordinária de 21 de Dezembro, ele possa esclarecer melhor quanto a transferência de
159 recursos futuros para a DRS-XVI, e que esta, por sua vez, contrate de outras instituições ou do próprio Hospital Santa Lucinda
160 os serviços que hoje deixam de ser contratados pela Prefeitura de Sorocaba junto ao Santa Lucinda. Relembra que o Conselho

161 solicitou, com antecedência, o envio da apresentação dos termos do término da requisição, para análise, o que não foi
162 observado. Versa que, até então, a CGE – Comissão de Gestão de Emergência, que administra a Santa Casa, tem status de
163 Secretaria, motivo pelo qual presta contas para a Câmara, e não ao Conselho. Agradece, pois, a disponibilidade da
164 apresentação ao Conselho, já que em tese, não haveria esta obrigatoriedade. Solicita que, se possível, ao término da
165 requisição, fique evidenciado as contas finais gerais, e se há alguma dívida da Prefeitura com a Irmandade. Versa a respeito de
166 consulta da situação da Santa Casa no CNES, que informa apenas 147 leitos SUS, e não os 181 informados. Diz, todavia, que o
167 Gestor Municipal tem a obrigação de manter ou cobrar dos prestadores que o cadastro do CNES esteja sempre atualizado,
168 pois, os leitos do Hospital Evangélico de Sorocaba ainda constam no CNES como disponíveis ao SUS. Fala que, inobstante, o
169 número de leitos SUS da Santa Casa, nunca foi de fato evidenciado, permanecendo a dúvida sobre o número real disponível.
170 Diz que, por óbvio, tão logo ocorra o término da requisição, a Irmandade Santa Casa irá disponibilizar somente 60% dos leitos
171 ao SUS, já que irá necessitar dos demais 40% para a gestão financeira do Hospital. Diz que separa a Administração da Santa
172 Casa em três fases, sendo a que era administrada pela antiga diretoria, a fase sob requisição da PMS, e a nova fase sob
173 Administração de um Novo Conselho e uma Nova Diretoria, onde conhece alguns dos novos membros e é sabedor da
174 idoneidade dos mesmos. Diz esperar que os mesmos tenham êxito na gestão, e que para isso, informem a real situação da
175 Irmandade, sobretudo no que diz respeito ao número real de leitos disponíveis ao SUS. Dr. Pimentel esclarece que a
176 apresentação trazida ao Conselho não traçou este tipo de paralelo, e sim focou mais na produção do Hospital. Versa que, em
177 alguns momentos, embora tenha a taxa de ocupação de 100%, em alguns momentos alguns leitos podem ter ficados vagos,
178 mas não por reserva ou qualquer tipo de economia financeira, e sim por questões diversas, tais como higienização dos leitos,
179 bem como a espera de transferência de pacientes pelo SAMU, os quais podem chegar a até 04 horas, contudo, a vaga já está
180 ocupada pelo mesmo, não podendo ser disponibilizada. Corrobora da inconstância das informações de leitos no CNES, sendo
181 que por vezes a Santa Casa já chegou a ter no CNES o total de mais de 260 leitos, sendo que o Hospital nunca chegou a ter
182 este número, e que a equipe já está trabalhando na real atualização disto. Conselheiro Zanzarini informa ter ciência de que
183 houve, em certos casos, a recusa de pacientes para a Santa Casa. Dr. Pimentel esclarece que, se houveram, foram a respeito
184 de especialidades não contempladas na Santa Casa, não sendo o Hospital a referência ideal. Diz, ainda, que existem cinco
185 leitos reservados para vaga zero, com são para poder atender emergências como infartos e outros. Sr. Wander, do Fórum
186 Popular da Saúde de Sorocaba, diz que o movimento entende que o recurso financeiro da Secretaria da Saúde de Sorocaba é
187 gigantesco, sendo maior do que o orçamento inteiro da cidade de Votorantim, motivo pelo qual entende que há algo errado.
188 Versa, ainda, que o Fórum Popular da Saúde é contra a terceirização, também chamada de contratualização. Questiona qual é
189 o atual passivo da Santa Casa, e se o ônus vai ser pago pela Prefeitura. Questiona, ainda, qual é real capacidade de aumento
190 de leitos do Hospital Santa Casa. Dr. Pimentel frisa que, conforme já dito, não trabalhou anteriormente para a Irmandade, e
191 por tal motivo não é sabedor de qual é o passivo da Irmandade. Diz que, hoje, ninguém ainda sabe ao certo este valor, sendo
192 que este está sendo apurado, mas cogita-se algo em torno de R\$ 50.000.000,00. Informa que, obviamente, estes não serão
193 pagos com recursos públicos, sendo que estes serão destinados para atendimento ao SUS. Diz que a contabilidade deve ser
194 separada devidamente, e que tais recursos públicos são prestados conta posteriormente. Evidentemente, o recurso que vier
195 externo ao SUS, este sim poderá ser utilizado para o balanceamento das dívidas da Irmandade, chamando todos os credores e
196 renegociando os valores. Sr. Elias Magurno, munícipe presente a reunião, diz não ser especialista em saúde, e sim em
197 administração. Revela ser Presidente do Observatório Social, e que este analisa as contas públicas, de forma voluntária, e que
198 passará a atuar em Sorocaba. Comenta ser importante que a transição do momento, com o término da requisição, seja feita
199 da forma mais transparente possível. Reputa como competentes as pessoas da Irmandade, mas que não bastam serem
200 pessoas idôneas e probas, mas que também tenham conhecimentos técnicos específicos, e se comuniquem habilmente com

201 a sociedade, da forma mais transparente possível. Diz ser possível enxergar a corrupção, nos dias de hoje, nas licitações
202 públicas em todo o Brasil, em todas as áreas, e todos os atos tem sempre alguma vantagem. Solicita que todos coloquem o
203 interesse da cidade acima de tudo. Conselheiro Dr. Ismael diz que as pessoas que acompanham há tempos a saúde pública
204 sabem bem o motivo pelo qual a situação chegou no ponto atual. Fala que o próprio Conselho denunciou ao Ministério
205 Público, por três oportunidades, as irregularidades da Santa Casa, ainda na gestão Fasiaben. Versa que, embora estejam
206 sendo feitas as tratativas do término da requisição da Santa Casa, ao que parece o Prefeito eleito, José Crespo, que assumirá
207 dentro de poucos dias, não foi consultado a respeito. De igual forma, diz que o Conselho também não participou de nenhuma
208 tratativa a respeito, e que muitas das dúvidas ora questionadas ainda persistem, motivo pelo qual entende que o Conselho
209 não deve endossar o término da requisição, devendo inclusive questionar ao Prefeito eleito a sua opinião a respeito do
210 assunto, e só então, posteriormente, discutir a questão. Sra. Regina Menassanch, ex-conselheira municipal de saúde, diz que
211 infelizmente o Conselho discute muito o passado, e pouco planeja em termos de saúde pública para o futuro. Pede desculpas
212 por eventual desconforto causado pelos estudantes que fazem campo de estágio no Hospital Santa Lucinda, mas que se
213 compadece da situação dos mesmos. Diz de sua surpresa pela informação do Sr. Secretário da Saúde, que informou que irá
214 assinar amanhã a transferência de recursos ao Estado, os quais foram obtidos em razão dos atendimentos e habilitação do
215 Hospital Santa Lucinda, e que em tal fato ocorrendo, os munícipes de Sorocaba praticamente restarão desassistidos. Diz não
216 ser conselheira, mas que gostaria que o Conselho aprovasse uma moção de repúdio ao fato. O Sr. Presidente do Conselho e
217 também Secretário de Saúde, explica como se dá a obtenção dos recursos em questão. Em relação a cardiologia e ortopedia,
218 informa que foi programado o repasse de R\$ 9.000.000,00 por ano, para atendimento de um certo número de atendimentos.
219 Diz que, quando o município recebe o repasse do Governo Federal, este valor vem diluído no teto do município, mas não é o
220 dono definitivo deste recurso, e sim o recebe devido as pactuações explicadas. Versa que, em virtude disto, fará a assinatura
221 da transferência não por ser de sua vontade, mas sim por não haver outra medida a ser adotada. Informa, no entanto, que o
222 Estado irá reinvestir este recurso para o prestador que se habilitar em realizar os atendimentos, conforme pactuado. Diz ainda
223 que, em havendo a possibilidade orçamentária de se reaver a contratualização com o Hospital Santa Lucinda, toda esta
224 situação poderá ser revertida. Conselheiro Milton Sanches, atendendo a pedido da Sra. Regina, se disponibiliza a fazer a
225 redação da moção de repúdio em questão. Sr. Francisco Carvalho, munícipe presente a reunião, questiona acerca da
226 legalidade do término da requisição, face a Lei Municipal que decretou a situação de emergência, sendo que a mesma deve
227 ser revogada para se encerrar a requisição. Diz que a nova contratualização exigirá o número total de leitos da Santa Casa,
228 devendo ser observado como se dará esta nova contratualização. Versa a respeito de Lei Federal a ser aplicada ao caso
229 concreto da requisição, uma vez que suponha-se, no momento da requisição, a regularidade da Irmandade, e que cabia a
230 equipe gestora realizar relatório e confirmar, ou não, esta regularidade, ou apresentar uma situação crítica. Versa, ainda, que
231 deveria ter sido abertos processos para a adoção de todas estas providências, e que nada disso foi realizado, e que estes fatos
232 são impeditivos do término da requisição. Fala, ainda, da situação cadastral e dos balanços dos anos de 2013, 2014, 2015 e
233 2016, e sem a publicação destes balanços, devidamente auditados, inexistente o cadastro de fornecedor da Irmandade, motivo
234 que irá impedir que esta contratualize com a administração pública. Versa que estas situações inviabilizam o término da
235 requisição, por si só. Tece comentários acerca da necessidade do encerramento do TAC celebrado pela municipalidade junto
236 ao Ministério Público, e que as contas devem estar publicadas e aprovadas pela Câmara. Versa ainda da quarentena que o Dr.
237 Pimentel deveria cumprir, face ter servido a administração pública e, agora, serve à Irmandade. Fala ainda que o terceiro
238 gestor da Comissão de Gestão de Emergência não teve publicada a sua portaria de nomeação. Diz que, por todo o exposto,
239 não existe possibilidade legal de se proceder com o término da requisição. Vereador Izídio de Brito, presente a reunião,
240 corrobora de todas as preocupações já explanadas até o momento. Questiona, todavia, se a Irmandade trabalhará com CNPJs

241 distintos para a gestão dos recursos públicos e privados. Questiona ao Sr. Secretário da Saúde, inclusive informando que já o
242 fez por requerimento, se a Prefeitura Municipal ficou indevidamente com recursos que seriam do Hospital Santa Lucinda.
243 Relembra que, desde muito tempo, sempre houve discussão a respeito da radioterapia, mas infelizmente não houve
244 providências que evitassem a paralisação. Sugere que o Conselho solicite uma auditoria de todo o período de requisição da
245 Santa Casa. Questiona a respeito dos valores desviados pela Irmandade durante a gestão do ex-provedor Fasiaben, e se a nova
246 diretoria da Irmandade tem a intenção de devolver estes valores aos cofres públicos. Dr. Pimentel diz que não há necessidade
247 de se ter 02 CNPJs distintos, mas sim 02 contabilidades distintas, com contas separadas entre o que é público e o que é
248 privado. Em relação a radioterapia, relembra que inclusive esteve, como gestor da Santa Casa, na Câmara Municipal, o que
249 também corrobora que todos os agentes públicos tinham ciência da situação, mas infelizmente não houve nenhuma ajuda
250 externa ao município. Relata que o município já conseguiu a doação da pastilha de cobalto, e que tal envio obedece logísticas
251 e trâmites burocráticos, motivo pelo qual a resolução não ocorre de forma tão simples, sendo necessária a autorização do
252 CENEM e autorização da Vigilância Sanitária, e que a situação deve se normalizar em cerca de 45 dias. O Sr. Presidente do
253 Conselho e também Sr. Secretário da Saúde, detalha os R\$ 11.000.000,00 devidos pela municipalidade ao Hospital Santa
254 Lucinda. Diz que, destes, R\$ 7.000.000,00 são os valores devidos da atual contratualização, e que R\$ 1.500.000,00 ainda não
255 estão vencidos. Fala que, do recurso de pró-residência, esclarecendo que, de fato, este é devido ao Hospital. Contudo, que o
256 repasse não se deu pelo fato do Hospital ter levado oito meses para apresentar o plano de trabalho, e quando apresentou,
257 havia equívocos a serem sanados. Por fim, fala que cerca de R\$ 2.000.000,00 referem-se a indenização de produtividade
258 ocorridos entre o ano de 2012 e 2013, portanto, não são dívidas atuais, sendo esta a composição da dívida de R\$
259 11.000.000,00 do Hospital Santa Lucinda. Conselheiro Luiz Fernando Seidl relembra que sugeriu que os repasses federais
260 fossem divididos equalitariamente entre todos os serviços, proporcionalmente, para que nenhum prestador ficasse sem
261 receber sua cota parte. Relata que, em relação a Santa Casa, ainda não conseguiu entender o motivo que levou a requisição
262 da Santa Casa, e não entende também o motivo pelo qual agora seria possível cessar a requisição. O Sr. Presidente do
263 Conselho e também Sr. Secretário da Saúde, informa que as razões foram bem publicadas e razoabilizadas na época da
264 requisição, e que em não estando mais a Irmandade atendendo aquilo que a municipalidade necessitava, e que era
265 imprescindível dispor da estrutura do Hospital naquele momento, foi realizada a transição. Conselheiro Luiz Fernando Seidl
266 questiona se há possibilidade legal de se cessar a requisição. O Sr. Presidente do Conselho e também Sr. Secretário da Saúde,
267 informa que, como houve alteração dos membros da Irmandade, e que, mais do que isso, houve alteração em todo o estatuto
268 da Irmandade e sua estrutura gerencial, e estando disposta a contratualizar com o município o que o SUS necessita, é possível
269 cessar a requisição. Conselheiro Alexandre diz que suas dúvidas já foram questionadas por outros conselheiros e munícipes.
270 Comenta que, contudo, esperava maior detalhamento e riqueza das informações a serem demonstradas. Diz que, dentre suas
271 dúvidas que esperava serem sanadas, gostaria de saber quantos leitos a Santa Casa tinha antes da requisição, e quantos são
272 hoje. Informa que gostaria de visualizar a proposta da Irmandade para o futuro da Santa Casa, mas que infelizmente não foi
273 informado sobre isto, e que muito se disse acerca da produção até o momento, e não relatado sobre o futuro ou
274 planejamento. Dr. Pimentel diz que não há qualquer omissão de dados por parte da gestão, e que estes são apresentados na
275 Câmara Municipal a cada quatro meses, ficando a disposição de todos. Com relação ao planejamento 2017, diz que este ainda
276 vem sendo aprimorado, uma vez que os trabalhos iniciaram-se recentemente, tendo definições superficiais claras e objetivas,
277 como aumentar a oferta de serviços e incrementar a qualidade dos mesmos, com a possibilidade de captação de recursos
278 junto a grandes empresas da região de Sorocaba e emendas parlamentares. Relata que, pela sua percepção, vislumbra
279 potencial de que, em um futuro breve, o Hospital Santa Casa poderá vir a ser o principal hospital de Sorocaba e Região,
280 atendendo com excelência. Fala que, com a definição da contratualização, e com o passar dos próximos 30 dias, será possível

281 retornar ao Conselho e demonstrar um planejamento mais concreto. Lembra que a dona do Hospital é a Irmandade, e o
282 que precisava ser feito, que era a troca dos membros da diretoria e a atualização de seu estatuto, foi feito, motivo pelo qual
283 não vê razões pela não devolução. Conselheiro Alexandro diz entender o alegado pelo Dr. Pimentel, mas que o Conselho
284 necessita de maiores informações a respeito, sobretudo no que diz respeito a disponibilidade financeira paralelamente ao
285 planejamento do que será executado. Sra. Iara Bernardi questiona se o próximo Prefeito está de acordo. O Sr. Presidente do
286 Conselho e também Secretário da Saúde informa que a transição setorial da saúde ainda não se iniciou, e que até 31 de
287 Dezembro, a responsabilidade e a tomada de decisões são do governo atual. Contudo, informa que todas as tratativas estão
288 sendo feitas com responsabilidade, nas mesmas condições, para que não haja surpresas para o novo governo, mantendo-se o
289 mesmo número de leitos, dentro da mesma previsão orçamentária pertinente, e então, caberá a nova gestão adotar as
290 medidas de governo que julgue pertinente. Conselheiro Luiz Fernando Seidl diz que o novo governo, se assim entender
291 pertinente, poderá requisitar novamente a Santa Casa. Conselheiro Zanzarini diz que os hospitais filantrópicos só sobrevivem
292 se tiverem a sua ala particular, e em sendo contratualizado 180 leitos, questiona se haverá leitos disponíveis para a
293 Irmandade trabalhar no setor privado. O Sr. Presidente do Conselho e também Sr. Secretário da Saúde, informa que esta
294 gestão já é de responsabilidade da Irmandade, cabendo a ela equalizar esta situação de seu interesse particular. Conselheiro
295 Alexandro lembra que na atual reunião, não está sendo solicitada nenhuma aprovação ou reprova do Conselho a respeito
296 da Santa Casa, sendo apenas informações ao Conselho, conforme solicitado anteriormente. Passa a realizar a leitura da
297 moção de repúdio solicitada pela Sra. Regina Menassanch, com guarida do Conselheiro Milton Sanches, pertinente ao repasse
298 dos recursos da média e alta complexidade de cardiologia e ortopedia, sendo esta aprovada. Conselheiro José William
299 lembra que, antes do término da requisição, seja apresentado ao conselho uma auditoria da Santa Casa. Faz-se a leitura de
300 documento elaborado a respeito da manifestação contrária do Conselho ao término da requisição, sendo a mesma aprovada.
301 Ambos os documentos serão arquivados junto aos documentos do conselho, sendo parte integrante da presente ata. E, às
302 23h10min, como nada mais foi acrescentado à reunião, eu, Conselheiro Eduardo Golob que secretariei a presente reunião, Sr.
303 Aílton Ribeiro que a presidiu, e membros da Comissão Executiva que integraram a Mesa Diretora dos trabalhos, com
304 mediação dos Conselheiros Luiz Fernando Seidl e Alexandro Pereira, demos a presente reunião por encerrada.